

A Junta de maioria brasileira estava a mercê da soldadesca de Madeira. Ficara posta a questão, com a divergência entre os governos de Lisboa e do Rio de Janeiro, que evoluiriam para o rompimento, de obedecer a um ou a outro: a Junta, com a maioria de brasileiros, desejava obedecer ao do Rio de Janeiro; os portugueses, garantidos pela tropa de Madeira, a Lisboa. O papel de *O Constitucional* consistia em tonificar as autoridades que pendiam para a obediência a D. Pedro, enquanto se organizava, no Recôncavo, a força capaz de enfrentar a tropa de Madeira. Em junho de 1822, apresentou este violento protesto à Câmara, contra o acordo desta com o príncipe regente, enquanto, escrevia, *O Constitucional* mostrava-se incendiário e os seus redatores perturbavam a ordem. Como a Câmara manobrasse e a Junta afirmasse a impossibilidade de guerra civil “estando o povo inerte e V. Ex. à frente da força armada”, Madeira cercou com a tropa os passos do Conselho. Protestou *O Constitucional*. Madeira acusou-o de desfigurar “os princípios que a nação jurou”.

Avançavam os brasileiros, entretanto, em seus aprestos: a revolução começaria em Cachoeira, onde D. Pedro fora aclamado protetor e defensor perpétuo do Brasil. *O Constitucional*, a 3 de julho, mostra inutilidade de enviar tropa para submeter o interior: “os povos não abjurarão facilmente”, escrevia. A 21 de agosto publicaria violenta correspondência contra o “cordão de despotismo” que “circulava a província inteira, depois de a terem vendido a Portugal”. Foi o fim: à frente de tropilha de militares, o coronel Almeida Serrão invadiu a oficina, descompôs o dono, proibindo-lhe continuar a imprimir o jornal, correu à residência de Corte-Real e, não o encontrando, quebrou os móveis à vista da família, terminando por assaltar as lojas onde se vendia a folha, depredando-as. Na Cachoeira, a 1º de março de 1823, os redatores tiraram *O Independente Constitucional*, em oficina que lhes proporcionara o imperador, depois transferida à capital da província; o jornal improvisado circulou até 1827. A 2 de julho de 1823, a Bahia era libertada da horda do general Madeira; os valentes de Pirajá vingaram *O Constitucional*.

A 15 de setembro de 1821, começava a circular, no Rio de Janeiro, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, que se tornaria o órgão doutrinário da Independência brasileira. Redigido por “dois brasileiros amigos da nação e da pátria”, durou treze meses, de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822, ano em que passou de quinzenário a semanário, com 48 números ordinários e três extraordinários, impresso na tipografia de Moreira & Garcez, depois na Nacional e, finalmente, na de Silva Porto, composto de 12 páginas, às vezes 14 e 16, in 4º, vendido a 120, 140 ou 160 réis, conforme o número de páginas, trazendo como epígrafe o moto de